

# Justiça e Paz apóia CPI sobre as invasões

A formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a denúncia do prefeito de Vitória, sr. Carlos Alberto Lindenberg von Schilgen, de que o Serviço do Patrimônio da União (SPU) favorece aos ricos em detrimento dos pobres nos chamados terrenos de marinha foi considerada "importante" pelo presidente da Comissão Justiça e Paz (CJP), sr. Rogério Coelho Vello.

Ele afirmou ontem que o órgão está, contudo, analisando o fato em caráter preliminar. A própria CJP levantou a questão anteontem e ampliará os estudos neste sentido. O sr. Rogério Coelho Vello acredita que isto poderá ser feito em poucos dias.

## DENUNCIAS

O prefeito de Vitória afirmou taxativamente, "o Serviço de Patrimônio da União usa de discriminação. Enquanto facilita a transação com terras de Domínio da União para quem tem muito, por outro lado dificulta a posse para pessoas comprovadamente necessitadas".

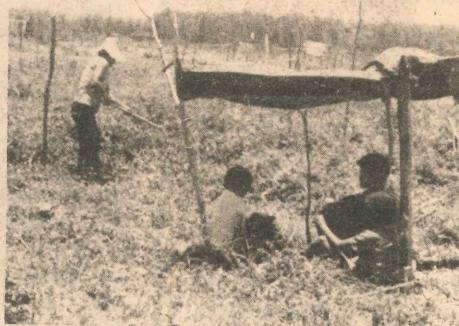
Esta sua afirmação corrobora a tese do advogado Vasco Alves de Oliveira Júnior, da Comissão de Direito à Moradia, da CJP, de que a ocupação de terrenos de marinha é comum em todo o Estado e não existe repressão quando são pessoas ricas que adotam esta medida. Já quando os ocupantes são pobres, a violência policial é gritante, como no caso de São Pedro, onde dezenas de barracos foram demolidos até que a Justiça interveio dando uma liminar de interdito proibitório, livrando os posseiros da ação dos "grilheiros".

Para ilustrar a sua afirmação, o prefeito assegurou que a firma Central Empreendimentos Imobiliários conseguiu a concessão de 750 mil metros quadrados de terras em área próxima, marginal ao Promorar no Bairro São Pedro. Já os posseiros quase nunca conseguem garantir os seus terrenos.

## POSIÇÃO

Segundo afirmou ontem o sr. Rogério Coelho Vello "a CJP já pensou em discutir a formação de uma CPI para discutir esta questão, mas está fazendo apenas um estudo preliminar. Vamos avaliar as declarações do prefeito de Vitória, que é uma autoridade no assunto".

Não sei se deveria ser constituída uma CPI a nível estadual ou a nível federal, dando a amplitude da ocupação dos terrenos da União. Em princípio a idéia é válida cabendo a pergunta: por que existe lentidão nos processos dos pobres que precisam da habitação para aliviar seu orçamento quanto ao aluguel, e por que os ricos, os poderosos, não precisam esperar



## Inhanguetá: Quem tem direito à terra?

tanto para que os seus documentos sejam logo apresentados", afirmou o presidente da CJP.

## MANGAIS

A ocupação de mangues na Grande Vitória vem há muitos anos, promovida, como na região da Esplanada Capixaba, pelos poderes públicos ou, como nas margens do Canal da Passagem, por particulares ricos. Locais como Santa Rita, em Vila Velha, e Andorinhas — entre muitos outros — são ocupados por pessoas pobres. Ai ocorrem as violências policiais, com destruição de barracos.

A vigorosa atuação da CJP tem contido, em parte, a violência policial dado as denúncias públicas feitas através dos órgãos de comunicação e das ações judiciais em defesa da posse dos humildes. Agora, com a disposição da CJP para, em princípio, acionar os parlamentares do Estado, e possivelmente até mesmo do Congresso Nacional, muitas outras denúncias poderão vir a público.

## INHANGUETA

Uma das novas ocupações em Vitória está ocorrendo na área próxima a Inhanguetá, um bairro localizado entre Santo Antônio e Ilha das Caieiras. Os posseiros, cerca de 130 famílias, estão sendo fustigados pela Polícia, que utilizou na calada da noite até mesmo bombas de gás lacrimogêneo.

A ocupação neste terreno que os moradores dizem ser de marinha ocorre há duas semanas. Os srs. Godofredo Willis e Nilton Copollilo se dizem donos da área e, o último inclusive, ajuizou uma ação contra os ocupantes, segundo informou uma fonte ligada ao assunto. Os citados pela ocupação foram intimidados a comparecerem, hoje, no Fórum de Vitória.

## PMVV tenta regularizar invasões

A Prefeitura Municipal de Vila Velha (PMVV) está levantando a situação legal dos ocupantes das invasões do Município para regularizar, posteriormente, a posse dos terrenos. As áreas a serem beneficiadas com este projeto são inúmeras, mas não foram, entretanto, descritas com detalhes pelo prefeito, sr. Américo Bernardes da Silveira.

A documentação necessária para a regulamentação destas áreas está sendo levantadas, a pedido do prefeito, pela Fundação Jones Santos Neves. Este trabalho vem sendo desenvolvido pelo órgão há vários meses e se assemelha ao Plano Diretor Urbano elaborado para a Serra e Vitória.

Vários problemas estão sendo analisados pela equipe da Fundação, desde a necessidade de ordenamento urbano, complementação da infra-estrutura urbana, até às falhas do mapeamento da cidade — a Prefeitura não possui uma planta geral das residências, estabelecimentos comerciais e industriais do Município.

O prefeito de Vila Velha, sr. Américo Bernardes da Silveira, está aguardando apenas o levantamento topográfico da Fundação, prazo este que desconhece, para depois se proceder à regularização dos ocupantes das áreas.

Vila Velha é uma região habitada em várias áreas por invasores. As invasões são feitas em taboais, manguezais, aterros e outras. A Ilha dos Ayres é um bairro, onde residem centenas de famílias, formado há mais de um ano sobre um taboal. Próximo a este, o Salaminho, um manguezal, também é ocupado por muitas famílias.

As populações dos bairros Santa Rita, Ilha Conceição, Cobilândia, Ilha dos Ayres, Salaminho, Jardim Marilândia e muitas outras áreas deverão ser beneficiadas caso a promessa do sr. Américo Bernardes da Silveira seja cumprida.

Embora sem dados sobre o levantamento que está sendo realizado, o prefeito assegurou: "Vamos fazer o mesmo que está sendo realizado em Vitória". Os meios usados serão a cessão das áreas pelo Serviço de Patrimônio da União e a desapropriação.